



História do Serviço Social em Angola¹

Indira Lazarine Catoto Monteiro FELIX²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Falar da História do Serviço Social em Angola é tratar de um tema complexo e desafiante, pois que esta profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de reprodução das relações sociais que configuram a própria reprodução da vida cotidiana. O serviço Social em Angola é historicamente marcado pela sua essência, enquanto aquilo que permanece na mudança; assim, trata-se de uma profissão com uma identidade própria e especificidades. Falar do Serviço Social em Angola é tratar do modo como a profissão se desvela no cotidiano, é tratar do seu modo de ser apartir da sua essência, da formação profissional e das diferentes concepções sobre esta. Trata-se de uma síntese de múltiplas determinações (histórico-sociais e político-ideológicas), que serão aqui abordadas nos seguintes termos: falaremos sobre a influência da escravidão, da colonização, das lutas pela independência, da guerra civil; da paz conquistada em 2002, sobre a abertura do primeiro curso de Serviço Social no pós independência, sobre o 2º curso de serviço social, sobre a Associação dos Assistentes Sociais de Angola, enquanto processos de luta para a formação e afirmação da profissão em Angola. Assim, para a construção deste artigo recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental e a alguma experiência da pesquisadora.

Palavras-Chave: História; Relações Sociais; Serviço Social.

Introdução

Falar da história do Serviço Social em Angola é tratar de um tema atual e atuante, que reflete a luta de muitos/as angolanos e angolanas pelo direito à uma vida justa.

O presente ensaio entende a existência de múltiplas expressões da questão social no âmbito da história desta profissão, base da intervenção do profissional da área de serviço social em Angola, que por serem multifacetadas também são objeto do trabalho de outras áreas do conhecimento como a sociologia, a psicologia, a antropologia, entre outras. E nesta ótica faz-se importante falar da história do Serviço Social em Angola apartir do sincretismo que teve grande influencia na Criação da primeira escola de Serviço Social, base da legitimação do serviço social como profissão, apesar de suas protoformas indicarem a presença de práticas

¹ Trabalho apresentado no GT 07- ÁFRICA: um continente em constantes transformações e seus reflexos na sociedade do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: lazarine84@yahoo.com.br



indiferenciadas. Entende-se fundamental a percepção da totalidade da história da profissão nessas expressões. Para tal partimos do questionamento sobre quais são os fundamentos para a compreensão da história do Serviço Social em Angola? Na impossibilidade de explorar todas as respostas trazemos esta resposta traduzida neste artigo.

Este estudo trás à compreensão a história do serviço social, entendendo que esta tem um papel muito importante no conhecimento da realidade em que viveu a população angolana em dado momento da sua história, bem como na reflexão e construção de respostas concretas para o enfrentamento dos problemas aí presentes, na perspectiva dos fundamentos da profissão hoje.

Para a construção deste texto, recorreremos ao aprendizado oral, à pesquisa documental, bibliográfica e também à experiência da pesquisadora. Assim procedeu-se à leitura dos textos, ao resumo dos mesmos e posteriormente ao devido fichamento, atendendo ao objetivo de conhecer os marcos fundamentais da história do Serviço Social em Angola como contributo para a divulgação desta profissão.

O presente texto está constituído por três momentos fundamentais: no primeiro fazemos as considerações iniciais, trazendo um panorama geral sobre o que trata o artigo, metodologia utilizada e estrutura do mesmo; no segundo momento fazemos uma breve caracterização sócio-histórica de Angola, uma exploração breve sobre a história do Serviço Social em Angola e alguns elementos conceituais; no terceiro e último momento fazemos o encerramento do artigo com o poema Verdade de Carlos Drummond de Andrade, seguida a referência bibliográfica.

I. Breve Caracterização sócio-histórica de Angola

Angola³ é um país rico, tem uma superfície de cerca de “1 246 700 km². Atualmente o país é constituído por 18 províncias, 162 municípios e 559 comunas, com 25 789 024 pessoas”; viveu quase quatro décadas de guerra, consideradas as mais violentas da sua história, depois da escravatura e da colonização, resultando num elevado contingente de “deslocados”. Essas pessoas forçadas a sair de casa, devido a conflitos e perseguições, procuravam tanto as cidades que ofereciam melhores condições de segurança, como emigravam para outros países, a exemplo da República Democrática do Congo, Brasil, Portugal e Namíbia. Os resultados

³ Conferir Monteiro, 2012.



dessa guerra também se traduziram na paralisação da economia; na pobreza de uma parte da população; na vulnerabilidade de segmentos como mulheres, crianças e idosos; na desestruturação de famílias inteiras, na presença de crianças e adultos fora do sistema de ensino e no surgimento de um elevado número de trabalhadores informais. Sua capital é Luanda, projetada para abrigar, no máximo, 600 mil habitantes, hoje tem uma “superpopulação de 6 945 386 pessoas, o que representa pouco mais de um quarto (27%) da população do país” (INE, 2016, P.32).

Os dados do censo 2014 apontam Angola como um país onde a maioria da população são mulheres, “13 289 983, correspondente a 52% do total, enquanto que a população masculina é de 12 499 041, representando 48% do total da população” (INE, 2016, P. 31), o que vem coincidir com a tendência do Serviço Social como uma profissão mais feminina neste contexto.

A chegada dos portugueses em Angola se deu em 1482 sob o comando de Diogo Cão, no reinado de Dom João II, na foz do rio zaire, tendo visitado a cõrte de Ntotila⁴ em Mbanza Kongo. Na realidade, podemos depreender que o fim do tráfico de escravos em 1842 não significou o fim da escravatura.

Angola constituiu o segundo maior território ultramarino de Portugal depois do Brasil, onde a colonização entendida como a ocupação forçada e exploração com recurso à evangelização e a delapidação dos recursos de Angola, durou menos de 100 anos. A colonização portuguesa foi marcada pelo uso da violência e pelo trabalho escravo. Assim, ao escrever sobre o crescente atrativo do reino de Angola para os Portugueses, Pinto (2017, p. 199) considera o seguinte:

A apreciação das relações entre o reino do Ndongo (ou dos ambundos ou dos Ngola ou de Angola) com Portugal e com os portugueses ao longo da primeira metade do século XVI deve ser feita tendo em conta duas dimensões: a formal (ou pública) e a informal (ou privada). A primeira, a formal, diz respeito a relações diplomáticas tuteladas oficialmente pelo Ngola e pelo rei de Portugal, salvaguardando os interesses públicos de ambos os estados. A segunda, a informal, prende-se com a presença no reino do Ndongo de indivíduos, que sendo súbditos do reino de Portugal, operavam em território mbundu a título particular e de modo frequentemente clandestino. Em ambos os casos, os interesses comerciais mbundu e portugueses, ligados sobretudo ao tráfico negreiro e legitimados pela evangelização, estavam sempre presentes. E em ambos os casos os intervenientes procediam a estratégias de sigilo.

Para este autor, as relações amistosas entre o reino do Kongo representado por Dom Afonso I Mvemba-a-Nzinga e Portugal representado por Dom João III

⁴ Refere-se ao Rei.



declinaram-se entre 1529 e 1542 quando “Portugal reduz o Kongo e Angola ao papel de meros fornecedores de escravos”(PINTO, 2017, P. 211).

Coquery-Vidrovitch (2004, p. 120) escreve sobre a regulamentação das transações comerciais em tempo de escravatura nos seguintes termos:

[...] 6. Em matéria de escravos, não deveis comprar senão aqueles que se encontram em estado de serem utilizados no comércio e dado que, de momento e por várias razões, não fixamos um limite aos preços, deveis arranjá-los tão baratos quanto possível, mas sem insistir a ponto de os preços serem tão baixos que os indígenas desistam de negociar convosco, e esforçando-vos, ao mesmo tempo, para que os vossos concorrentes não adquiram vantagens sobre vós. Deveis lembrar-vos sempre que o preço pago pelos escravos deve ser separado do das dachas e doutras despesas que surgirem na altura da compra; ou seja, o preço dos escravos deve ser especificado tal como o preço das mercadorias pagas, que têm de ser anexadas ao montante das despesas, vindo as dachas à parte. [...]

Apesar da violência injustificável, Coquery-Vidrovitch (2004, p. 121) mostra como as regras da escravatura acima expostas emanadas do Conselho de Londres, exigiam disciplina por parte dos agentes da companhia encarregados da chefia das feitorias de África: “[...] E os negros receberão aquilo que esperam por parte dos europeus, no que respeita a comida; nenhum funcionário da companhia ou qualquer outro súbdito britânico deverá molestar ou maltratar um indígena, seja ele quem for”. Apesar das vississitudes da colonização, a postura dos povos africanos ao vender/trocar seus parentes, revela-se igualmente de matanha crueldade.

Oliveira Marques (2001, p.313) observa que embora Luanda tenha sido objeto de maior atenção por parte da administração colonial, os valores relativos à sua população são controversos, pois, “em 1900, o distrito de Luanda representava cerca de um quarto da população total da colônia e 26 anos depois, sua população considerada indígena era de, aproximadamente, 57.065 mil habitantes, ou seja, 25% do total de habitantes de Angola”. O seu peso demográfico se viu reduzido pela ampliação geográfica com o deslocamento da população para as zonas periféricas, lugares onde os recenseadores não alcançavam, pelo agravamento da saúde pública e o conseqüente aumento das taxas de mortalidade.

Do mesmo modo, dada a sua importância econômica, “Luanda e Benguela já eram consideradas as duas maiores e mais antigas cidades da colônia, com particular função administrativa e militar, embora a segunda numa posição de subalternidade política que afectou seu crescimento” (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 321).



A população do, então, distrito de Luanda vivia fundamentalmente da agricultura, da pesca artesanal e do comércio. Assim, para esse autor, “{...} o tráfico, o comércio e a navegação foram durante séculos os factores mais decisivos para o crescimento dos portos atlânticos do Ambriz, Luanda {...}” dentre outros (Ibid.).

Coquery-Vidrovitch (2004) mostra como na segunda metade do século XV os portugueses tinham preferência em delapidar o marfim e os escravos de Angola e apenas em 1509 começaram a efetivar o programa referente ao comércio triangular, no qual os escravos passaram a ser levados para trabalhar nas plantações do Brasil. Até 1961, o fator primário de diferenciação das classes sociais, reconhecido pelo poder colonial era o grau de assimilação dos colonizados, em resultado do qual se pode falar na existência de três grandes grupos sociais, designadamente os colonizadores, os assimilados e os indígenas (PÉLISSIER, 1978).

{...} Saber ler, escrever e falar corretamente; ter meios suficientes para sustentar a família; ter bom comportamento; ter necessária educação e hábitos individuais e sociais de modo a poder viver sob a Lei pública e privada portuguesa; fazer um requerimento à autoridade administrativa da área, que o levará ao governador do distrito para ser aprovado (MONDLANE 1969, p. 42. apud VIEIRA, 2007, p. 39).

Nesse contexto colonial – período caracterizado como a fase da “coisificação” do outro – esse processo formativo pode ser analisado, como mecanismo para civilizar o indígena, libertá-lo da ignorância, atribuindo-lhe uma identidade pronta de submissão e uma história em que o sujeito passa a representar o objeto. No entanto, configurava-se como um dos principais instrumentos de repressão.

Entre guerras e acordos de paz, em 2002 foi declarado o término da guerra civil em Angola entre o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

1.1 História do Serviço Social em Angola

A análise da História do Serviço Social em Angola surge aqui baseada na obra de Monteiro (2016), especialmente do capítulo 6 sobre a gênese e natureza do Serviço Social em Angola.

Nesta perspectiva, o autor situa a história do Serviço Social em Angola marcada por toda uma conjuntura analisada nos pontos anteriores, por acontecimentos, cenários e atores imbricados numa relação de forças e de poder.



Por isso, vale lembrar de alguns momentos históricos marcantes para o desabrochar desta profissão:

- Trata do Fim “oficial” do trabalho escravo em 1836;
- O fim do Trabalho obrigatório em Angola 1875;
- O início do Trabalho livre em 1878;
- O Posicionamento da igreja católica diante da questão social: 1891 com a publicação da encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XIII sobre as condições da classe trabalhadora;
- O fim da 2ª guerra mundial em 1945;
- A divisão do mundo em 2 blocos hegemônicos: Capitalista dominado pelos Estados Unidos da América e Socialista sob comando da União Soviética;
- A Proclamação da Declaração Universal dos direitos Humanos pela ONU aos 10.12.1948, entre outros marcos.
- Independência dos países africanos sob inspiração socialista e marxista.
- O Trabalho assalariado não-obrigatório em 1961: até 1962 registam-se mudanças na legislação trabalhista da província de Angola referentes à adoção de princípios do direito internacional do trabalho.

Alguns destes marcos históricos vão coincidir com as lutas de classes na Europa, um fenômeno social antagônico entre as diferentes classes sociais, em reação aos interesses socioeconômicos e desejos competitivos das pessoas diante da lógica de produção capitalista, dando corpo a um conflito de dimensão social, econômica, ideológica e política; o que impulsionou mudanças sociais radicais no mundo, especialmente a conquista da independência de países africanos como é o caso de Angola em 1975.

Para Espírito Santo, a situação social e econômica na década de 60 era, até então, degradante para as populações, tal como se referiu Ernesto Lara (Filho) em carta aberta àquele governador por ocasião de sua posse.

{...} o que escrevo e lhe quero dizer com toda a sinceridade e interpretando o sentir da população inteira é que do mesmo modo que o esperam esses contrafortes, essa fachada das nossas belezas naturais, também o aguardam as estradas esburacadas, as pontes caídas, as populações com precária assistência médica e educativa, as sanzalas do mato, as casas de adobe, o subdesenvolvimento, o problema da nutrição, o problema do ensino (LARA apud ESPÍRITO SANTO, 2010, p. 2).



Os estudantes com maiores recursos eram obrigados a frequentar universidades em Portugal (Lisboa, Porto e Coimbra), exigência que impedia muitos angolanos de prosseguirem seus estudos pela falta de condições econômicas. Em 1962, foram criados os estudos de nível superior Estudos Gerais Universitários⁵, pelo Decreto-Lei nº 44.530, publicado no B.O. de 8 de setembro, mas implantados em 6 de outubro de 1963 (ESPÍRITO SANTO, 2009). Hoje Angola tem mais de 16 universidades privadas e 2 públicas.

Quanto ao trabalho, cerca de 90% da população ativa ocupava o setor primário com atividades agrícolas e de pecuária. Assim, entre os trabalhadores, denominados serviçais, era notória a paridade entre homens e mulheres, sendo que, independentemente de sua etnia, o trabalho produzido por mulheres e crianças tinha uma importância econômica especial, principalmente nas tarefas agrícolas (Monteiro, 2012). Vale ressaltar que:

Na sociedade urbana colonial a mulher serviçal cumpria por norma os trabalhos domésticos ou exercia a profissão de lavadeira, costureira, peixeira ou quitandeira, enquanto nas circunscrições rurais era engajada para serviços mais duros, quer públicos, como privados, para a construção e reparação de estradas, lavra e capina, colheita de café e algodão (OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 326).

Esses dados revelam que, desde a década de 1900, havia a prática de trabalhos informais, no âmbito da divisão social e sexual do trabalho, que embora implicitamente, mostra que estas atividades informais já eram base para a sobrevivência de muitas famílias.

Portugal entregou o ensino das populações das províncias às missões, principalmente às católicas tendo assinado com o Vaticano, a Concordata (1940) e o Acordo Missionário (1941) que regulavam as relações entre os dois Estados.

Diante destas demandas, a “Institucionalização do Serviço Social se dá em Luanda com a criação do Instituto de Educação e Serviço Social PIO XII em 1962, com o intuito de formar Assistentes Sociais, educadoras de família e de infância” (MONTEIRO, 2016, p.143) para contribuírem com respostas concretas na solução destes problemas, especialmente, atendendo as necessidades da sociedade colonizadora. De acordo com este autor, estes trabalhavam no Instituto de

⁵ Posteriormente Universidade de Angola e, atualmente, Universidade Agostinho Neto, em homenagem ao 1º Presidente de Angola independente.



Assistência Social de Angola (IASA), em hospitais, escolas, serviços de caminho de ferro, Cuca, extensão rural, desenvolvimento comunitário.

A formação do Assistente Social em Angola ocorre de 1962-1975, após a independência foi interrompida e seu retorno decorre em 2005 com a criação do atual Instituto Superior João Paulo II, com esforços da igreja Católica.

A situação social foi-se deteriorando, as populações abandonadas quer no campo devido à guerra, como a possibilidade do governo viver de importações, com base no petróleo, sem o recurso aos bens produzidos no campo, também outras populações tinham que recorrer às lojas cujos produtos nem sempre eram suficientes e do agrado cultural das mesmas.

O pós-independência foi marcado por um regime político Marxista pelo qual a população trabalhadora por meio de cartões ia às lojas do povo levantar alimentos para o sustento de suas famílias. A transição deste regime ocorre em 1991 com a adoção do modo de produção capitalista, com a tendência ao livre mercado e à propriedade privada dos meios de produção; diferente do socialismo que apregoava a propriedade coletiva dos meios de produção.

Apesar dos problemas sociais, a década de 60, até meado da década de 70 a economia apresentava-se próspera, quer devido a existência de exportações consideráveis de produtos agrícolas (café, algodão, açúcar, sisal e outros provenientes de plantações; milho proveniente de explorações tradicionais) e minerais (diamantes, ferro e petróleo) e mesmo de serviços, quer devido ao início de um processo de industrialização; contexto esse que foi sofrendo fortes influências externas, motivadores de conflitos internos no país:

Desde a independência, a questão do desenvolvimento econômico tem servido de desculpa ideológica às elites dirigentes no centro do sistema mundial, para restringir as legítimas aspirações do povo angolano por uma vida melhor. Por outro lado, dois países, os Estados Unidos da América e a racista África do Sul, que não reconheciam a independência de Angola, escolheram primeiramente o caminho da agressão militar. Seu furor destrutivo os terá conduzido a uma aliança com um movimento de libertação e a uma guerra extrema contra o regime angolano, causando maior desgaste que a guerra colonial, tanto no nível da perda de vidas humanas, quanto em nível de destruição das infra-estruturas econômicas e sociais (ECA-UN, 1989, s/p).



Para Vicente Pinto de Andrade,⁶ a economia angolana viveu dois momentos distintos, durante a 1ª República. Um primeiro, iniciado com a independência do País em Novembro de 1975, tendo-se prolongado até à realização do II Congresso do MPLA em Dezembro de 1985. Assim, em sua visão a transição da economia angolana distingue-se essencialmente pela edificação de uma economia de direção central, assente no Plano Nacional. Um segundo momento decorreu entre 1986 e 1991, caracterizou-se pelo reconhecimento da necessidade de reformulação dos métodos de direção económica, tendo conduzido, em 1991, à tomada de medidas que levaram a substituição, embora tímida, da regulação administrativa da economia, baseada na planificação, pela regulação através dos mecanismos de uma economia de mercado.

Nessa altura, para Andrade, o setor dos petróleos foi definido como o setor estratégico para o desenvolvimento económico e social do País. “Considerou-se importante a utilização racional das suas reservas, a fim de que se mantivesse a produção ao longo de muitos anos e assegurar, através das exportações, os fundos necessários ao financiamento da economia”. Entre 1991 e 2003, assiste-se a derrocada dos principais instrumentos e instituições do sistema de direção centralizada e planificada da economia, que viriam a ser substituídos por mecanismos eficazes de mercado.

A Igreja Católica, através da Conferência Episcopal de Angola e S.Tomé (CEAST) toma a iniciativa do reiniciar em Luanda da formação a nível superior em 2005, cujo principal impulsionador foi Frei João Domingos. O ISUP JP II passa assim a funcionar com os cursos de Licenciatura em Serviço Social e a Licenciatura em Educação Moral e Cívica.

A formação é aqui vinculada ao perfil de um profissional crítico, cuja formação baseia-se nas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico metodológica, que enquanto totalidade permitirá uma direção social à intervenção profissional emergente, geradora de temor ao Estado, que tende a encarar tais práticas profissionais como responsabilidades relativas ao indivíduo de modo isolado. O trabalho destes profissionais angolanos participa de um mesmo movimento que

⁶ Conferir “Momentos distintos marcam transição da economia angolana” em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/20313/momentos-distintos-marcam-transicao-da-economia-angolana>. Acesso em 12 de Outubro de 2020.



tanto permite a continuidade da sociedade de classes, como cria as possibilidades de sua transformação.

Espírito Santo (2010) mostra que foi assim pela segunda vez, criada, em Angola uma Licenciatura em Serviço Social, sob a influência da Igreja Católica, buscando os profissionais de Serviço Social que lecionavam no curso médio de Educadores Sociais e desenvolviam atividades no campo social, impulsionado pela pressão de Técnicos Médios Educadores Sociais que pretendiam dar continuidade à sua formação com um curso de nível superior, que lhes permitisse uma progressão na carreira.

Procedeu-se à abertura oficial em Luanda do curso a 19/04/2005, no mesmo edifício que havia sido construído pelo Instituto Pio XII, tomado pelo Ministério da Educação em 1977 e retomado à formação de cursos de âmbito do Serviço Social, sendo a primeira turma constituída de 50 alunos, a maioria deles os profissionais Educadores Sociais.

Em 2008 foi criado o Instituto Superior de Serviço Social, uma instituição pública Estatal, que dadas as vicissitudes do momento começou suas atividades em 2010, numa primeira fase com cursos de licenciatura em Educação de Infância e Serviço Social, com perspectiva de uma 2ª fase de funcionamento dos cursos de Educação especial e psicologia social.

Trata-se do despontar da profissão no país, que garantiu o aumento da formação de quadros nesta área, apesar da visível tendência em privilegiar Luanda, em detrimento das demais províncias do país, pois:

A profissionalização do Serviço Social pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadoras da industrialização e urbanização, que trazem, no seu verso, a “questão social”. A luta dos trabalhadores por seus direitos invade a cena política, exigindo do Estado o seu reconhecimento público. O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1978), e passa a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social. O Estado, ao centralizar a política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria as bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social. O Estado e os estratos burgueses tornam-se uma das molas propulsoras dessa qualificação profissional, legitimada pelo poder. O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes - rompendo com a tradicional filantropia -, para transformar-se em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, seus maiores empregadores (IAMAMOTO, 2004, p.12).



Em 2009, com o incentivo de alguns Assistentes Sociais, da Direção do Instituto João Paulo II e também da coordenação deste curso de Serviço Social da Universidade Católica de Angola, deu-se início à um conjunto de encontros de profissionais Assistentes Sociais e estudantes finalistas do curso para juntos refletirem sobre a urgência da organização da classe para melhor atender aos desafios da profissão. Foi assim que em 2013 foi oficialmente aprovada a Associação dos Assistentes Sociais de Angola (AAS-Angola). Trata-se do despontar da busca pelos direitos da classe e por uma maior abertura para à crítica, um momento em que, pelo trabalho profissional, se encara nos utentes destes serviços sujeitos de direito.

O que se anseia é o reconhecimento do utente como sujeito de direitos e não um mero cidadão dependente do sistema, que agradece ao político a efectivação mínima de seus direitos fundamentais, que atribui a outrem o mérito de suas lutas, de suas conquistas.

Hoje, dados do Ministério da Saúde apontam que neste mês de Outubro de 2020 o país apresenta cerca de 8.829 casos confirmados de pessoas infectadas pela pandemia da covid 19, dentre os quais 3.384 pessoas recuperaram e 265 perderam sua vida, números que tendem a subir a cada dia dada a retomadas das aulas e de outras atividades, bem como o aumento de casos de incumprimento das medidas de biossegurança.

O povo angolano por natureza gosta de convívios, de abraços, do toque, da palavra expressa na leitura labial, elementos que chocam com a cultura do uso da máscara facial e do distanciamento social. O país está em estado de calamidade, com o risco de retorno ao estado de emergência.

Observa-se muitas empresas em falência, o aumento do número de desempregados, do número de trabalhadores informais e por conta própria, o histórico das elevadas taxas de morte por paludismo, febre tifoide, doenças diarreicas agudas e doenças respiratórias agudas. Nota-se igualmente o aumento do número de pessoas com esquizofrenia e depressão. Mas também é notável que muitos políticos, governantes e figuras famosas da sociedade angolana, dado o fecho das fronteiras aéreas, marítimas e terrestres, têm cuidado da sua saúde em Angola, especialmente nas clínicas de Luanda de onde se toma conhecimento do internamento, recuperação, ou da morte de políticos, cantores e outros, que outrora



cuidavam da sua saúde em países europeus e outros, atitude que depreciava claramente os serviços do sistema nacional de saúde.

Atualmente os Assistentes Social trabalham na área da saúde, da Ação Social, família e promoção da Mulher, instituições de assistência social, nas forças armadas, na marinha de guerra, como docente e pesquisador em universidades, em ONG's como promotor de direitos e de serviços sociais, nas administrações provinciais e municipais, nos serviços prisionais, em clubes desportivos, entre outras. Em setores como a educação, a inserção deste profissional ainda constitui um desafio para a profissão e para o país.

1.2 Elementos Conceituais

Um olhar sobre os elementos teóricos básicos norteadores da análise neste artigo leva a refletir sobre a história do Serviço Social em Angola com base no seu conceito, na visão sobre o cotidiano profissional, tendo em conta a conjuntura angolana analisada no ponto anterior.

Essa apreensão tem como ponto de partida a visão de Iamamoto (2011), que situa os elementos teóricos para a análise do significado da profissão do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, uma vez que se adequa à realidade angolana.

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 14).

Como se pode depreender, para esta autora, o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, tendo como objeto de intervenção a *questão social* e suas expressões traduzidas nas crescentes *desigualdades sociais* vividas por grande parcela da população (IAMAMOTO, 2011).

A esse respeito, Raichelis (2018, p. 45) ao falar sobre a nova morfologia do trabalho no Serviço Social, analisando o trabalho em serviços e as profissões no capitalismo contemporâneo, mostra como na atualidade “o capitalismo monopolista tende a agudizar a degradação do trabalho, no sentido do declínio das qualificações



e da simplificação, ampliando o controle capitalista sobre o processo de trabalho por meio da separação entre atividades de concepção e de execução”.

Defendemos também a visão de Núncio (2015, p. 89) sobre a evolução conceitual da profissão segundo a qual a conceptualização do Serviço Social precisa estar assente em um conjunto de elementos fundamentais que a servem de base:

- As dimensões epistemológica e científica que subjazem à formação e ao exercício profissional;
- A orientação prioritária para os estratos sociais mais desfavorecidos;
- A compreensão do indivíduo no seu contexto específico e nas diversas formas e espaços de intervenção;
- A dimensão social, histórica e político-ideológica organizacional em que se desenvolve.

Esta visão entende que a evolução histórica deste conceito é influenciada pelas formas de ação social e ajuda, por situações de necessidades cobertas pelo Estado de modo emergencial, em situações de calamidade pública, ou não; por valores relativos à condição humana em diferentes momentos históricos, assim como pelo desenvolvimento decorrente das ciências sociais.

Assim, entende-se que quer no domínio da concepção, como da execução, que precisam ser entendidos como inseparáveis, a necessidade de uma qualificação sólida e sem simplificações precisa ser um mecanismo de enfrentamento dos vazios que dão espaço a práticas indiferenciadas. Assim,

A unidade entre essas duas dimensões é contraditória, podendo haver uma defasagem entre as condições e efeitos sociais objetivos da profissão e as representações que legitimam esse fazer. [...] uma defasagem entre intensões expressas no discurso que ratifica esse fazer e o próprio exercício desse fazer (IAMAMOTO, 2009, p.73).

Verdes Leroux (1986) fala de um contexto do século XX e retrata uma forte tendência para práticas de vigilância, seleção e controlo que influenciaram o trabalho dos primeiros assistentes sociais formados no final deste século, realidade visível também em Angola, até aos dias atuais, não apenas nos serviços prisionais, nas forças armadas, mas também em outros setores.

Apesar de ainda se observar reiteradas vezes no trabalho de alguns profissionais a realização de ações de vigilância, de seleção e de controlo, Vieira (2018) mostra a possibilidade de se identificar algumas características exemplares na reconfiguração do trabalho social, assim como a alteração da qualidade própria da ação profissional.

Assim, recorrendo a Netto (2011) estas distinções que demarcam o Serviço Social profissionalizado das suas protoformas, que remetem ao assistencialismo, e



que já se mostram nítidas na terceira década do século XX, não podem ser ignoradas, pois,

O lapso que vai dos esforços dos pioneiros, no final dos anos dez, ao período da Segunda Guerra Mundial assinala claramente essas linhas divisórias: da primeira codificação dos procedimentos diagnósticos à especialização na formação profissional e à circunscrição de campos profissionais. O processo de afirmação e desenvolvimento do Serviço Social teve como corolário o estabelecimento das suas fronteiras em relação às atividades filantrópicas, basilares nas suas protoformas. (NETTO, 2011, p.99).

À semelhança com o que acontece em Angola, este autor mostra como esse processo é nitidamente verificável em quatro níveis relacionados. Primeiro, o cuidado no recurso às contribuições do pensamento das ciências sociais. Segundo, o empenho em generalizar a formação profissional. Terceiro, o esforço atual para produzir uma documentação própria. E, quarto, a vinculação crescente das intervenções a formas de organização institucionais e públicas. Tudo isto tem estado na base da legitimação profissional do Serviço Social

Assim, o autor revela que essa profissionalização alterou a inserção sócio-ocupacional do assistente social em comparação com aquela do agente assistencialista não profissionalizado, sem interferir na estrutura da prática profissional interventiva, em comparação com a prática filantrópica. “A profissionalização criou um ator novo que, alocado ao atendimento de uma demanda reconhecida previamente, não desenvolveu uma operacionalização substantivamente distinta em relação àquela já dada”(Ibid.).

Há que reconhecer que esse novo ator demandava uma preparação adequada a nova conjuntura e as expressões reais e diferenciadas do período colonial. Deste modo, esperar deste um legado que não foi construído coletivamente pode se revelar como uma utopia, ainda que reconhecendo que além das sequelas visíveis na prática indiferenciada, a profissão carrega em seu manto o signo das ações emergenciais e filantrópicas.

Nos períodos em que a reprodução das relações sociais se dá sem a reversão crítica do seu processamento estável a sua articulação teórica e a sua instrumentação prática, revelam-se sincronizadas à epiderme do movimento social e aptos quer a fornecer dele uma explicação coerente, quer a encontrar formas interventivas com graus variáveis, mais efetivos, de eficácia. Por tudo isso, a prática profissionalizada do Serviço Social, enquadrada nas condições acima referidas, não redundou, historicamente, num complexo operacional que, em suas resultantes, oferecesse sólidos respaldos para discriminá-la no confronto com suas concorrentes no trato das refrações da questão social (NETTO, 2011, p.102).



Para este autor (2011, p. 103-104), é nesse campo de tensões configurado aqui que emergem vários dos componentes que parecem fornecer, continuamente, o combustível para recorrentes crises de "identidade" profissional do Serviço Social.

Do lado dos sujeitos da sua intervenção, toda a validação profissional tende a ser promovida no interior de uma moldura que derroga a base própria da profissionalização. No ângulo dos seus financiadores diretos, a sua legitimação torna-se variável da sua funcionalidade em relação aos objetivos particulares que colimam.

Do ponto de vista da estrutura institucional, é tanto mais requisitado quanto mais as refrações da "questão social" se tornam objeto de administração. Da parte dos outros técnicos sociais, aparece situado como o vetor do jogo multiprofissional mais próximo a clientela imediata. E, na perspectiva dos teóricos sociais, surge como a profissão da prática. Em qualquer destes casos, o que resulta é que a especificidade profissional converte-se em incógnita para os assistentes sociais: a profissionalização permanece um circuito ideal, que não se traduz operacionalmente.

Considerações Finais

Para finalizar, consideramos respondida a questão de partida deste estudo e com isso alcançado o objetivo previsto, pois, entendemos que o fundamento do conhecimento da história do Serviço Social em Angola, é intrínseco à história do país, marcado pela criação do Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, a criação do Instituto Superior João Paulo II, a criação do Instituto Superior de Serviço Social e pela criação da associação dos Assistentes Sociais de Angola, cuja essência traduzimos no poema «Verdade» do poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade (1962):

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.

E sua segunda metade



voltava igualmente com meio perfil.
E os dois meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram a um lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em duas metades,
diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
As duas eram totalmente belas.
Mas carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drumond De. *Corpo*, 1962.

ESPÍRITO SANTO, Felisbela Augusta. **História e institucionalização do serviço social em Angola**. Documento de apresentação de colóquio sobre Serviço Social na Educação. Instituto Superior João Paulo II. Universidade Católica de Angola. Luanda, 2010.

ECA–UN South Africa Destabilization: **The Economic Cost of Frontline Resistance to Apartheid**. Addis Ababa: Africa Recovery Unit/ U.N. E.C.A, (Oct), 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

INE.**Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. Luanda, 2016.

LUKACS, G. **História e consciência de classe**. Porto, Escorpião, 1974.

LUKACS, G. **A falsa e a verdadeira Ontologia de Hegel**. São Paulo: Editora ciências Humanas. 1978.

MONTEIRO, Amor António. **Natureza do Serviço Social em Angola**. São Paulo: Cortês, 2016.

MONTEIRO2, Indira. **Modos de Vida e de Trabalho das Mulheres que Zungam em Luanda**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social defendida na PUC SP, 2012.



NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NÚNCIO, Maria José da Silveira. **Introdução ao Serviço Social: história, teoria e métodos**. 2ª edição, Lisboa, 2015.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Nova história da expansão portuguesa: O império africano (1890-1930)**. Vol. XI. Lisboa: Estampa, 2001.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola: resistência e revoltas, 1845-1941**, v. II. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

PINTO, Alberto Oliveira. **História de Angola da pré-história ao início do século XXI**. 2. ed. Lisboa: Mercado das Letras, 2017.

SOUSA, Jamerson M. A. **O Sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica**. In MOTA, Ana Elizabete e AMARAL, Angela (Orgs.). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

TURLEY, David. **História da escravatura**. Lisboa: Editora Teorema, 2002.

VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. 3. ed. Luanda e Lisboa: Editora Firmamento, 2008.

VERDES-LEROUX, Jeanine. **Trabalhador Social: pratica, hábitos, ethos, formas de intervenção**. (tradução Rene de Carvalho). São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, Laurindo. **Dimensão ideológica da educação em Angola**. Luanda: [s.n.], 2007.

VIDROVITCH, Catherine. **African urban spaces: History and culture**. In: FALOLA, Toyin; STEVEN, J. Salm. (Editors). *African Urban Spaces in Historical Perspective*. University of Rochester Press, Edições 70, Lisboa 2005.